

A FARRA ACABOU

"Ah! Pagar a dívida? Isso não é problema. Vocês podem começar a pagar lá pelo ano 2050. Só que até lá vocês têm que continuar pagando pontualmente nossos juros e comissões e nós refinanciaremos o pagamento do principal. Afinal, o que é que vocês querem? Se a economia mundial está em crise, com que direito vocês querem continuar crescendo a oito por cento ao ano? O melhor para o Brasil é ficar dois ou três anos na recessão e lá para 84 ou 85 retomar o crescimento, depois que o balanço de pagamentos tiver melhorado".

A despreocupada afirmação acima é do banqueiro nova-iorquino Mr. Mark E. Horst, *Senior Vice-President* do "Manufactures Hannover Trust" enviado ao Brasil em maio último, em missão de recolhimento de informações para o seu banco. Em geral, os banqueiros internacionais estão sempre muito bem informados sobre os seus credores, mas no caso do Brasil, a falta de confiança nas informações oficiais os leva a manter contatos frequentes com economistas da oposição. Foi numa dessas oportunidades que, ao lado de um grupo de economistas, o professor Luciano Coutinho, da Universidade de Campinas, ouviu do banqueiro americano o comentário acima, que por si só resume e explica a crise econômica por que passa o Brasil.

No auge do "milagre brasileiro", Delfim Netto afirmava de peito cheio que a dívida externa sempre estivera e estava muito bem administrada e não havia motivos para nos preocuparmos. De tão grande tomador de empréstimos que era o Brasil, quem deveria se preocupar eram os banqueiros. Hoje, o mesmo Delfim coloca em prática a receita de Mr. Horst, sem dúvida a receita de qualquer banqueiro que conheça o seu ofício. O grande maná do mundo das finanças são os juros. Qualquer vivente numa economia capitalista sabe disso: quem toma empréstimos demais um dia acaba sendo controlado por seu credor. Delfim Netto e todos os responsáveis pelo "milagre" do final dos anos 60 e início dos anos 70 não viam o que todo mundo via porque estavam preocupados apenas com os interesses do grande capital internacional, que repassava as montanhas de dólares acumuladas nos bancos. Esses dólares eram fruto do derrame do papel-moeda efetuado: 1) pelo governo dos Estados Unidos para equilibrar sua balança de pagamentos, para manter as tropas acantonadas no mundo inteiro e para financiar a guerra do Vietnã; 2) pelas grandes corporações americanas.

Um "milagre" que agravou os problemas já existentes

O endividamento galopante criou as condições para a dependência futura, embora parecesse uma solução para problemas imediatos no final da década de 60. No fundo, o endividamento foi a opção mais rentável a curto prazo para um rápido crescimento da economia vinculada à economia internacional. A oposição, de maneira geral, desde aquela época, já alertava para o absurdo endividamento desenfreado. Hoje, a euforia do "milagre" passou. Após o impacto bru-

O modelo econômico criado pelo regime militar agravou as deficiências da economia nacional e a levou à completa dependência

Álvaro Caropreso



tal do aumento dos preços do petróleo no mercado mundial; após o acirramento da concorrência monopolista internacional, que implica medidas protecionistas por parte dos Estados; e, ainda mais recentemente, após as violentas variações para cima dos juros devidos ao exterior, a economia brasileira se encontra completamente estrangulada.

Desde 1974, há entre a oposição uma polêmica em torno das causas das modificações que começaram a se verificar na economia brasileira após o "milagre", apesar de no início do declínio econômico os indicadores não serem tão claros como hoje — a economia continuou crescendo porém de maneira irregular, as taxas de crescimento começaram a oscilar.

Alguns setores da oposição caracterizavam a situação que se delineava como uma crise cíclica de um país capitalista dependente, cujo setor industrial tinha, como agravante, acentuados descompassos internos. Apesar de o Brasil ter sofrido um desenvolvimento capitalista acelerado, a natureza dependente desse desenvolvimento não só não conseguiu superar aqueles descompassos como os agravou — fato que impediu e impede um processo de acumulação mais autônomo. Assim, por exemplo, a indústria de bens de capital não apresenta capacidade de gerar tecnologia; além disso, há um forte desequilíbrio entre este setor e a indústria de transformação de maneira geral.

Mais ainda: persistiu um atraso agrícola significativo em função, principalmente, do monopólio da terra.

A crise energética, detonada quando os preços do petróleo triplicaram, agravou a situação da indústria de transformação que é muito dependente deste produto — em função da política dos grandes países capitalistas de transferir o ônus do petróleo para as economias dependentes — elevou os preços internacionais dos bens

de capital e dos insumos básicos, itens de grande peso nas importações brasileiras.

Agravou-se, também, o desequilíbrio na agricultura, já que o governo passou a dar para este setor uma tarefa suplementar — produzir combustível para a indústria automobilística, além das duas grandes e tradicionais existentes no setor: a de gerar divisas para cobrir as importações de manufaturados e a de alimentar a população. Essa nova tarefa para a agricultura, que já cumpria mal as duas antigas, veio gerar, isto sim, mais confusão no planejamento agrícola e o acirramento da disputa por terras.

A arapuca do endividamento externo conduziu à recessão

O governo Geisel tentara superar a crise, lançando um programa de aumento da prospecção de petróleo, inclusive com os contratos de risco, e uma nova fase específica de substituição de importações, agora de bens de capital e insumos básicos em geral. Porém, evidentemente, seus programas continuaram baseando-se no grande capital monopolista internacional e nacional a ele associado. Ao grande capital internacional, por exemplo, não interessava produzir máquinas em grande escala no Brasil, já que podia comprá-las no exterior, ganhando de várias formas.

Com o passar do tempo, persistindo o alto coeficiente de importações, uma política completamente louca de endividamento externo e a incapacidade do setor agrícola para suprir as expectativas do governo, a crise foi se agravando. Hoje, o Brasil tem que girar uma dívida de 60 bilhões de dólares com uma economia

completamente dependente e numa conjuntura internacional muito desfavorável.

O resultado é que a arapuca do endividamento obrigou o governo a ceder, frente às pressões dos banqueiros internacionais, e jogar a economia na mais profunda recessão de toda a fase de industrialização. O IBGE confirmou uma taxa de crescimento negativo da indústria no primeiro semestre em cerca de 3,5 por cento, sendo que para São Paulo a FIESP divulgou uma taxa também negativa de 4,6 por cento. O nível de desemprego passou de uma taxa média de 6,5 por cento para 8,7 por cento da população economicamente ativa nas áreas metropolitanas, o que significa mais de um milhão de desempregados e outro milhão de subempregados (além do desemprego e subemprego estruturais de mais de 20 milhões de pessoas). A atividade comercial teve uma queda de 2,5 por cento no primeiro semestre, verificando-se inclusive uma queda entre 10 e 15 por cento na venda de gêneros de primeira necessidade, sinal mais do que evidente de salários arrochados.

A saída de Golbery mostra que o debate no interior do regime sobre como conduzir a crise ainda não se esgotou. Golbery talvez seja o que contava com a possível simpatia das grandes multinacionais que apostam no projeto de abertura relativa. Para estas, o fechamento e a centralização ainda maiores de poderes tornariam talvez o sistema muito vulnerável a um imprevisível ímpeto nacionalista de algum general de plantão; ou talvez elas saibam que um tom mais liberal signifique maiores chances de os mais fortes centralizarem ainda mais o capital. Tudo indica, porém, que tanto Golbery como Delfim, como qualquer outro que os substitua neste regime, divergirão apenas em relação à ênfase na aplicação da política de recessão. E, persistindo essa política recessionista, a perspectiva é de incremento do desemprego, aguçando um problema que já é grave: a erosão profunda da receita tributária que só no primeiro semestre caiu de 10 a 12 por cento. Com isso, cai em muito a capacidade de intervenção do Estado. Um exemplo deste problema é a crise da Previdência Social.

Ao contrário do que diz o governo, o aperto nas contas externas do Brasil não se deve ao desequilíbrio na balança comercial, mas sim ao redemoinho da dívida externa cujos juros crescem independentemente da vontade dos planejadores brasileiros, dívida cuja administração é virtualmente impossível. O que Delfim Netto pensa que vai conseguir com a recessão em termos de melhorar a balança comercial importando menos, ele vai perder com o crescimento dos juros internacionais. Os juros devidos pelo Brasil vêm crescendo assustadoramente, de tal forma que este ano superarão inclusive a parcela da amortização do principal da dívida, que deverá ser paga até dezembro. Levando-se em conta que quase 50 por cento do principal (a dívida propriamente dita, sem contar os juros e comissões), deverão ser pagos ainda dentro do governo Figueiredo, mantida a hipótese otimista de a dívida não crescer, e considerando-se que "os papagaios" recentemente assinados no exterior para cozinhar o serviço da dívida são de amortização de curto prazo, prevê-se que a recessão deverá se aprofundar.